

Memórias e Resistências: O Teatro Carlos Jehovah e o Silenciamento Cultural em Vitória da Conquista Sob uma Perspectiva Urbanística

Rafael Brandão Oliveira[1]

Palavras-chave: patrimônios; espaço urbano; resistência cultural

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa investigar o impacto da destruição simbólica e material de espaços culturais, focando no fechamento do Teatro Municipal Carlos Jehovah, em Vitória da Conquista (BA). O teatro, inaugurado em 1986, foi um marco para a cultura local, servindo como palco para manifestações culturais independentes da cidade. Entretanto, em 2021, o local foi fechado sob justificativa de uma reforma estrutural, não tendo, desde então, qualquer movimentação concreta para sua reabertura. Este fechamento, além de representar uma falha nas políticas públicas culturais, inscreve-se em um movimento mais amplo de descarte de espaços de memória e resistência dentro da cidade, especialmente no contexto do avanço do capital sobre o território urbano e a desvalorização do poder-fazer cultural popular.

O objetivo desta pesquisa é analisar como o fechamento do Teatro Carlos Jehovah reflete as contradições do avanço do capital e como o uso do espaço urbano é tensionado por disputas sobre cultura e memória dentro de uma lógica economicista de utilização de espaços culturais. A proposta é compreender o fechamento do teatro não apenas como uma ação isolada, mas antes como parte de um processo maior de transformação do espaço urbano em Vitória da Conquista, que atende aos interesses de valorização imobiliária em detrimento de manifestações culturais populares.

[1] Graduando do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

A dicotomia intrínseca neste pensar espaço-cidade implica em considerar o espaço urbano como produto histórico das relações sociais, teolológico, continuamente tensionado por projetos contraditórios: de um lado, o avanço da mercantilização da cidade, promovida por interesses privados e políticas públicas de perfil neoliberal; de outro, a resistência de coletivos, artistas e comunidades que constroem outros modos de habitar e significar o território. É nesse campo de forças que se inscreve este estudo, por meio de uma metodologia de base materialista-histórico-dialética, compreendendo o espaço urbano como totalidade concreta, atravessada por contradições entre capital e vida, planejamento e vivência, projeto e memória. A análise parte de observações de campo, levantamento documental e revisão bibliográfica, considerando a importância das contribuições de autores como Antônio Carlos Robert Moraes (2005), Henri Lefebvre (1999) e Milton Santos (2006). A seguir, será apresentada a fundamentação teórica que sustenta essa reflexão, apontando os caminhos pelos quais o espaço, a memória e a cultura se entrelaçam na produção — e negação — da cidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A construção do espaço urbano é um processo profundamente marcado por disputas sociais, políticas e ideológicas, no qual o espaço não é neutro, mas sim produto de relações de poder que influenciam sua produção e sua ocupação. Henri Lefebvre (1999), em sua análise sobre o direito à cidade, argumenta que o espaço é um produto social, produzido e consumido de acordo com interesses específicos. Segundo ele, o espaço não é apenas uma questão física, mas também uma construção simbólica, em que as práticas cotidianas, as representações e as tensões sociais se manifestam. A destruição de espaços culturais como o Teatro Carlos Jehovah não se trata exclusivamente de uma decisão administrativa, mas de um reflexo das transformações do espaço urbano no contexto da mundialização e do avanço do capital ou seja, não unicamente representa o desaparecimento de um edifício, mas o apagamento simbólico de uma trajetória de arte, memória e identidade urbana.

Milton Santos (2006), por sua vez, amplia essa análise ao destacar que a cidade e o território são moldados por dinâmicas que atendem às lógicas da acumulação capitalista. A técnica, como mediação central na produção do espaço, é instrumentalizada de modo a favorecer os circuitos econômicos hegemônicos, excluindo e marginalizando práticas que não se coadunam com a lógica do mercado. Assim, expressões culturais populares, independentes ou não institucionalizadas são frequentemente empurradas para as margens, tanto físicas quanto simbólicas da cidade. A cultura, nesse contexto, torna-se um campo tensionado, onde o acesso não é universal e onde certos territórios — como o centro de Vitória da Conquista — vão sendo redesenhados para atender a interesses econômicos em detrimento do pertencimento popular.

É nesse ponto que se torna fundamental a contribuição de Antonio Carlos Robert Moraes (2005), ao abordar as ideologias geográficas como estruturas que naturalizam determinados usos do espaço em função de projetos políticos e econômicos. O espaço urbano, para Moraes, é o resultado de escolhas ideológicas que, muitas vezes, invisibilizam e deslegitimam saberes, práticas e experiências que não se alinham com os projetos dominantes da cidade. O Teatro Carlos Jehovah, localizado no centro da cidade e reconhecido por sua relevância histórica e cultural, foi durante anos palco de iniciativas artísticas acessíveis, construindo um sentimento de pertencimento e resistência entre artistas e frequentadores. Seu fechamento escancara a operação dessas ideologias que

buscam apagar a presença de práticas culturais autônomas para abrir espaço a novos usos mais rentáveis — mesmo que simbólica e socialmente empobrecidos.

Dessa forma, ao compreender o espaço como um campo de disputa simbólica e material, os autores aqui mobilizados — Lefebvre, Santos e Moraes — permitem iluminar o caso do Teatro Carlos Jehovah como expressão de uma luta territorial-espacial. Uma luta que não se limita ao chão onde se pisa, mas que se estende ao direito de existir, criar, representar e resistir. O teatro, enquanto espaço de produção simbólica e afetiva, sustentou ao longo dos anos formas alternativas de convivência e expressão artística, atuando como um território de resistência em meio à homogeneização cultural e à fragmentação social urbana. Seu fechamento não rompe apenas uma rotina cultural; rompe vínculos, silencia vozes, desfaz redes e tensiona os sentidos da cidade e da cidadania.

Nesse cenário, o trabalho propõe como objetivo central analisar o fechamento do Teatro Carlos Jehovah à luz das disputas que marcam a produção do espaço urbano, compreendendo o episódio como parte de uma lógica mais ampla de esvaziamento simbólico e material da cultura popular e dos territórios de resistência. Busca-se, ainda, evidenciar como essas práticas de apagamento dialogam com projetos hegemônicos de cidade e quais os caminhos possíveis para a reconstrução de espaços de memória, arte e coletividade. Ao investigar esse caso, pretende-se contribuir para o debate sobre o direito à cidade, os usos do espaço e a permanência das culturas locais em meio à mercantilização do território. Ao mesmo tempo, valoriza-se o papel da arte como ferramenta de resistência e afirmação de identidades, especialmente em contextos urbanos marcados por desigualdades no acesso à cultura e no reconhecimento de espaços legítimos para sua produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa proposta busca entender as implicações do fechamento do Teatro Carlos Jehovah para a dinâmica cultural e urbana de Vitória da Conquista. O caso do teatro evidencia como as transformações urbanas, impulsionadas pela lógica do capital, podem silenciar e marginalizar as práticas culturais que não se encaixam na lógica do mercado. A análise do fechamento do Carlos Jehovah, por meio de abordagem materialista-histórica-dialética, permite perceber como o espaço urbano se configura a partir de disputas políticas e sociais, nas quais o direito à cidade e à memória cultural se encontram em constante disputa.

Ao tratar o espaço como produto social e ideológico, compreende-se que a destruição de um equipamento cultural dessa natureza implica, primordialmente, representar o apagamento simbólico de um território de resistência e de pertencimento coletivo. Nesse sentido, o fechamento do Carlos Jehovah evidencia uma tendência crescente de esvaziamento dos centros urbanos de suas expressões culturais autônomas, substituídas por projetos de interesse econômico e de homogeneização simbólica.

Esse processo, como demonstrado pela articulação teórica com Lefebvre (1999), Santos (2006) e Moraes (2005), revela que os espaços culturais disputam com a cidade seus sentidos, ao passo que as compõem. São arenas de afirmação identitária, de memória e de resistência, especialmente em contextos marcados pela desigualdade no acesso aos meios de produção cultural. A ausência de políticas públicas que valorizem e protejam esses espaços indica uma negligência com os direitos culturais e com a diversidade que marca o tecido social urbano.

Dessa forma, o estudo do caso do Teatro Carlos Jehovah oferece uma denúncia da lógica excludente que orienta a produção do espaço urbano paralelamente trazendo à tona uma reflexão acerca dos caminhos possíveis para se reconstruir redes de apoio à cultura local e às práticas artísticas populares. A resistência artística, ainda que constantemente desafiada, continua sendo uma força viva que reivindica o direito ao espaço, à memória e à criação coletiva

REFERÊNCIAS

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 1999.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2006.